



## CONCURSO PÚBLICO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CARGO

**A** DVOGADO

1º.9.2019

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação..... 5 questões

## ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
  1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
  2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados ( nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

**BOA PROVA!**

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME



## **C**onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. São princípios administrativo-constitucionais presentes no artigo 37 da Constituição Federal os itens da alternativa:
  - A.( ) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
  - B.( ) Legalidade, impessoalidade, universalidade, publicidade e eficiência.
  - C.( ) Legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e autotutela administrativa.
  - D.( ) Legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e disciplina.
2. A hierarquia possui duas figuras, que são fundamentais dentro da administração pública. Quais são elas?
  - A.( ) Poder de dar ordens e poder de controle.
  - B.( ) Avocação e poder de rever atos dos subordinados.
  - C.( ) Delegação de competência e poder de dar ordens.
  - D.( ) Delegação de competência e avocação.
3. O regime jurídico administrativo se sustenta em dois princípios que são fundamentais e que definem o Direito Administrativo como regime jurídico de direito público, corretamente descritos na alternativa:
  - A.( ) Supremacia do interesse privado sobre o interesse público e indisponibilidades dos interesses públicos.
  - B.( ) Supremacia do interesse público sobre o interesse privado e indisponibilidades dos interesses públicos.
  - C.( ) Supremacia do interesse privado sobre o interesse público e indisponibilidades dos interesses privados.
  - D.( ) Soberania do interesse privado sobre o interesse público e prevalência dos interesses privados.
4. Assinale a alternativa que corresponde corretamente à descrição de uma empresa pública.
  - A.( ) Criação e extinção autorizada por decreto do Poder Executivo.
  - B.( ) Personalidade jurídica de direito privado.
  - C.( ) Realização de concurso público para cargo público, regida por estatuto.
  - D.( ) Instituição sob a forma de sociedade anônima.
5. A convalidação/saneamento do ato administrativo é a supressão de um vício existente e é admitido somente em relação ao item da alternativa:
  - A.( ) Sujeito.
  - B.( ) Motivo.
  - C.( ) Finalidade.
  - D.( ) Objeto.
6. A recondução de servidor público ocorre nas situações descritas na alternativa:
  - A.( ) Inabilitação em estágio probatório e vacância em cargo público.
  - B.( ) Em caso de haver cargo vago e a aposentadoria ter sido voluntária.
  - C.( ) Inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e reintegração do anterior ocupante.
  - D.( ) Reintegração do anterior ocupante e por interesse da administração.
7. A vacância em cargo público decorrerá dos itens citados corretamente na alternativa:
  - A.( ) Exoneração, demissão e promoção.
  - B.( ) Exoneração, remoção e readaptação.
  - C.( ) Redistribuição, remoção e substituição.
  - D.( ) Aposentadoria, substituição e reversão.



8. Constituem motivo para a rescisão do contrato administrativo:
- A.( ) As multas.
  - B.( ) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital ou contrato.
  - C.( ) O objeto e seus elementos característicos.
  - D.( ) O regime de execução ou a forma de fornecimento.
9. A licitação é inexigível quando corresponder à descrição da alternativa:
- A.( ) Necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes.
  - B.( ) Nos casos de guerras e de grave perturbação à ordem.
  - C.( ) Trata-se de trabalhos relativos a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
  - D.( ) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas.
10. São consideradas receita de capital:
- A.( ) Contribuições de melhorias e impostos.
  - B.( ) Receitas de serviços e taxas.
  - C.( ) Receitas agropecuárias e receitas industriais.
  - D.( ) Operações de créditos e alienação de bens.
11. É dada a realização de despesa sem prévio empenho na situação descrita na alternativa:
- A.( ) No saldo patrimonial e nas contas de compensação.
  - B.( ) No quadro de dotações por órgãos.
  - C.( ) Em casos especiais previstos na legislação específica.
  - D.( ) Na despesa prevista para o exercício subsequente.
12. O anexo de metas fiscais integrará o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e conterá o dado citado corretamente na alternativa:
- A.( ) Resultado nominal e primário.
  - B.( ) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
  - C.( ) O refinanciamento da dívida pública.
  - D.( ) Dívida consolidada e mobiliária.
13. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento de despesa com pessoal e não atenda ao item da alternativa:
- A.( ) O limite global de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
  - B.( ) A indenização por demissão de servidores ou empregados.
  - C.( ) A criação de cargo, emprego ou função.
  - D.( ) O relatório da gestão fiscal.
14. No que se refere à transparência da gestão fiscal, é incorreto afirmar:
- A.( ) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
  - B.( ) Constitui-se em uma das vedações da Lei de Responsabilidade Fiscal.
  - C.( ) A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
  - D.( ) Adoção do sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.



15. Acerca da tutela provisória no Código de Processo Civil, é incorreto o que se afirma na alternativa:
- A.( ) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
  - B.( ) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
  - C.( ) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
  - D.( ) Para a concessão da tutela da evidência, é necessária a demonstração do perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
16. Acerca das taxas, segundo a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional e o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.
- A.( ) Não viola a Constitucional a taxa cobrada pelo município exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.
  - B.( ) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
  - C.( ) É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que não haja integral identificação entre uma base e outra.
  - D.( ) As taxas cobradas pela União, Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.
17. Das alternativas abaixo, indique a que contém os entes políticos que possuem competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- A.( ) Municípios e Distrito Federal.
  - B.( ) Estados e Municípios.
  - C.( ) Distrito Federal e Estados.
  - D.( ) Estados, Distrito Federal e Municípios.
18. Segundo o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que contenha causa de exclusão do crédito tributário.
- A.( ) O pagamento.
  - B.( ) A decadência.
  - C.( ) A remissão.
  - D.( ) A isenção.
19. Sobre o lançamento, decadência e a prescrição do crédito tributário, segundo o texto do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.
- A.( ) O crédito tributário é constituído por meio do lançamento, cuja competência é atribuída à administração pública e aos contribuintes, como ocorre, por exemplo, na modalidade do lançamento por homologação, em que o próprio contribuinte constitui o crédito tributário.
  - B.( ) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.
  - C.( ) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após três anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
  - D.( ) Dentre outras hipóteses previstas na lei, a prescrição do crédito tributário se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.



20. Ao normatizar o direito de reunião, a Constituição Federal de 1988:
- A.( ) Garante a realização de manifestação pública para reivindicar certas medidas político-econômicas independentemente de autorização ou prévia comunicação à autoridade administrativa competente.
  - B.( ) Não proíbe o Poder Público de impedir a realização de manifestação pública com cidadãos munidos de arma de fogo.
  - C.( ) Não autoriza o Poder Público de impedir a realização de manifestação pública em virtude de outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local/espço.
  - D.( ) Não apresenta nenhum condicionante aos limites do exercício da liberdade de reunião.
21. Considere um português equiparado, na forma do art. 12, § 1º, da Constituição, em razão de sua nacionalidade, e marque a alternativa correta.
- A.( ) Pode concorrer a Presidente da República, mantém a nacionalidade portuguesa e os direitos políticos em Portugal.
  - B.( ) Pode concorrer a Prefeito, mantém a nacionalidade portuguesa e tem os direitos políticos suspensos em Portugal.
  - C.( ) Pode concorrer a Prefeito, deve se naturalizar brasileiro e perde os direitos políticos em Portugal.
  - D.( ) Não possui direitos políticos, atributo apenas dos nacionais.
22. “A” foi condenado à pena de prisão por 09 anos pelo crime de roubo e “B” à pena de 12 anos pelo crime de homicídio doloso, ambos por sentença penal transitada em julgado, proferida por juízo competente que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório. “A” ficou preso por 09 anos e 03 meses. “B” foi solto após 03 anos de prisão, uma vez que se comprovou que o homicídio foi cometido por outra pessoa. Na situação hipotética, de acordo com a Constituição Federal, está correto o que se afirma na alternativa:
- A.( ) Cabe ao Estado indenizar “A” pelo tempo que ficou preso além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de “B” por erro judiciário, vez que ele foi preso em razão de sentença transitada em julgado, proferido em processo que lhe garantiu a ampla defesa e o contraditório.
  - B.( ) Cabe ao Estado indenizar “A” pelo tempo que ficou preso além do tempo fixado na sentença e indenizar “B” por erro judiciário.
  - C.( ) Não é cabível indenização em favor de “A” e de “B”, uma vez que ambos foram presos em razão de sentença transitada em julgado, proferida em processo que lhes garantiu a ampla defesa e o contraditório.
  - D.( ) Cabe ao Estado indenizar “A” pelo tempo que ficou preso além do tempo fixado na sentença, mas não cabe indenização em favor de “B” por erro judiciário, uma vez que a CF não prevê a responsabilidade do Estado por atos judiciais.
23. “X”, com 30 anos de idade, pela segunda vez consecutiva no exercício do mandato de Vereador, filho de Governador do Estado em que possui domicílio eleitoral, poderá, à luz da Constituição Federal, candidatar-se, na esfera E NAS CONDIÇÕES CORRETAMENTE DESCRITAS NA ALTERNATIVA:
- A.( ) Municipal, à reeleição para Vereador, apenas, sem precisar para tanto renunciar ao respectivo mandato.
  - B.( ) Municipal, à reeleição para Vereador ou a Prefeito, devendo, neste último caso, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
  - C.( ) Estadual, a Deputado Estadual, mas não a Governador do Estado, estando ainda impossibilitado de concorrer a mandatos na esfera municipal.
  - D.( ) Estadual, a Governador do Estado, mas não a Deputado Estadual, estando ainda impossibilitado de concorrer a mandatos na esfera municipal.



24. Sobre o Mandado de Segurança, considere:

- I. O partido "X" possui representação no Congresso Nacional.
- II. O partido "Y" não possui representação no Congresso Nacional, mas, sim, representação em Assembleia Legislativa e em Câmara de Vereadores.
- III. A Associação "A" legalmente constituída e em funcionamento há onze meses em defesa dos interesses de seus associados.
- IV. A Associação "B", legalmente constituída e em funcionamento há dois anos, visa defender interesse que não possui pertinência temática com o interesse de seus associados.

De acordo com o Texto Constitucional, o Mandado de Segurança coletivo poderá ser impetrado APENAS nas hipóteses indicadas em:

- A.  I e IV.
- B.  II e IV.
- C.  II e III.
- D.  I.

25. Caso determinado Município descumpra ordem judicial, a Constituição prevê, como consequência:

- A.  A suspensão dos direitos políticos do Prefeito Municipal.
- B.  A intervenção estadual, por meio de reclamação constitucional, decretada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- C.  A intervenção estadual, por meio de representação, a ser determinada pelo Tribunal de Justiça.
- D.  A intervenção federal, por meio de reclamação constitucional, a ser decretada pelo Supremo Tribunal Federal.

## **L**egislação

26. Importam em responsabilidades (art. 87 da Lei Orgânica de Santo Ângelo) os atos do Prefeito ou do Vice-Prefeito que atentam contra as Constituições Federal, Estadual e, especialmente, os das alternativas a seguir, com exceção do item da alternativa:

- A.  A proibidade na administração.
- B.  O livre exercício dos poderes constituídos.
- C.  A imposição de vetos a projetos de leis aprovados pelo Poder Legislativo.
- D.  O cumprimento das leis e das decisões judiciais.

27. A Lei Orgânica (artigos 84 e 85), ao tratar das atribuições do Prefeito, distingue entre a competência privativa e a simples competência. São competências privativas do Prefeito as seguintes, exceto:

- A.  Elaborar e apresentar à Câmara projeto de emenda à Lei Orgânica do município.
- B.  Representar o município em juízo ou fora dele.
- C.  Nomear e exonerar os secretários municipais.
- D.  Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.



28. Sobre a administração pública do município de Santo Ângelo, considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- ( ) No que tange à administração, o município de Santo Ângelo rege-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação popular nas decisões.
  - ( ) Para os cidadãos munícipes obterem informações sobre assuntos referentes à administração pública municipal, faz-se necessária a anuência prévia do chefe do poder executivo.
  - ( ) Todas as medidas do poder público municipal de grande repercussão na comunidade devem ser discutidas com as entidades representativas do município.
  - ( ) A administração pública direta ou indireta não está proibida de contratar empresas que façam uso do trabalho infantil ou outras práticas ilegais na administração da mão de obra.
- Está correta a sequência de V e F representada pela letra:
- A.( ) V, V, F, F.
  - B.( ) F, V, F, F.
  - C.( ) F, F, V, F.
  - D.( ) V, F, V, F.
29. Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição. Sobre o tema, com base no artigo 42 e seguintes do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Santo Ângelo, leia e considere as seguintes colocações, marcando com F as falsas e com V as consideradas verdadeiras:
- ( ) A remoção ocorrerá a pedido, atendida a conveniência do servidor ou de ofício, no interesse da administração, devidamente justificada.
  - ( ) Não cabe ao servidor removido o pedido de revisão do ato, mesmo diante de grave prejuízo ao mesmo.
  - ( ) A remoção será feita por ato da autoridade competente.
  - ( ) A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.
- Está correta a sequência V e F representada pela letra:
- A.( ) V, F, V, V.
  - B.( ) F, F, V, V.
  - C.( ) V, V, F, V.
  - D.( ) F, V, F, F.
30. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, chama-se de acordo com a alternativa:
- A.( ) Posse.
  - B.( ) Nomeação.
  - C.( ) Reintegração.
  - D.( ) Readaptação.